



# XII COLOQUIO NACIONAL E V COLOQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

## ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA: A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE DESMANTELAMENTO DO ESTADO SOCIAL

Filipe Lima Brito<sup>1</sup>  
João Reis Novaes<sup>2</sup>

O presente trabalho tem por objetivo analisar a educação enquanto garantia fundamental prevista nas constituições do Brasil e da Argentina, bem como a sua efetivação através das políticas públicas educacionais, no momento em que nestes países esteve vigente o Regime Militar<sup>3</sup>. A análise, realizada através do método comparativo, bem como por meio de revisão teórica (CASTRO; GUERRA, 1992), buscará evidenciar as semelhanças e diferenças presentes no campo das políticas públicas educacionais desenvolvidas por aqueles dois países. O estudo recairá, majoritariamente, sobre a forma como foi tratada a educação superior durante os Estados de exceção, ainda que, em um ponto ou outro, buscar-se-á apresentar um panorama geral da educação naqueles contextos.

Será levado em consideração, outrossim, o conflito que emerge da efetivação de um direito social, a educação, sob uma perspectiva emancipatória, diante dos interesses autoritários do Estado de exceção que colaboravam com os ideais neoliberais. Estes, por sua vez, são analisados enquanto componentes dos discursos que, mesmo que de maneira sutil, contribuíram no processo de desmantelamento do estado social no âmbito das políticas públicas educacionais, com vistas à livre circulação do capital através da mercantilização do direito à educação.

A educação tem um papel fundamental na análise que se segue, afinal, tanto no Brasil quanto na Argentina, além das fortes repressões diretas perpetuadas pelos Estados de exceção dentro e fora das instituições educacionais, este campo foi alvo de importantes modificações formais e essenciais que geravam e transmitiam à sociedade um conjunto de valores capazes de legitimar os interesses dos regimes militares, contribuindo para o fornecimento de conhecimento e mão de obra necessária à expansão do capital (MÉSZÁROS, 2006).

A desigualdade estrutural expandida pelo sistema capitalista marca a história da

1 Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade – GPDS. Endereço eletrônico: [filipelibrito@gmail.com](mailto:filipelibrito@gmail.com)

2 Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Endereço eletrônico: [joaoreisnovaes@gmail.com](mailto:joaoreisnovaes@gmail.com)

3 No Brasil a vigência do Regime Militar foi de 1964 a 1988 e na Argentina foi de 1976 a 1983.



América Latina. Na década de 1990, o Brasil obteve a pior distribuição de renda do mundo. De acordo com Helene (2015), esta foi uma das consequências das políticas estabelecidas durante o período ditatorial, associadas à crise econômica iniciada no final da década de 1970. A miséria; a dívida externa; o elevado índice de desemprego provocado pela mecanização das etapas produtivas; o processo histórico de concentração fundiária e de especulação imobiliária, principais causas dos conflitos rurais e urbanos; bem como o aporte de capital estrangeiro para o desenvolvimento de indústrias estrangeiras em território nacional, agravaram-se após os efeitos da globalização neoliberal e suscitaram urgência na elaboração de alternativas que favorecessem uma classe trabalhadora cada vez menos assistida pelo Estado burguês.

As distâncias geográficas tornaram-se cada vez menores uma vez que as fronteiras reais se diluíam diante dos avanços tecnológicos que alcançavam a comunicação e os transportes, favorecendo a integração econômica, marcada pela criação/hierarquização da Organização Mundial do Comércio e a financeirização dos mercados. A esfera pública perdeu lugar para a iniciativa privada diante do recrudescimento do mercado do capital. Como consequência, há uma desestruturação da esfera sócio-política, mediante uma distribuição mundial desigual dos custos e oportunidade, com uma disparidade crescente entre as nações ricas (norte global) e pobres (sul global), originando os bolsões de miséria dentro de um mesmo Estado (CHAUÍ; SANTOS, 2013).

Neste sentido, a política educacional preconizada pelo Brasil e pela Argentina nos períodos de ditadura civil/militar pressupôs um modelo organizado segundo o paradigma neoliberal, que tinha como referência para sua reorientação o modelo norte-americano de universidade, centrado na racionalização da estrutura e dos recursos e, contraditoriamente, na ampliação do ensino através do incremento da matrícula em instituições privadas<sup>4</sup>, com notável redução da qualidade (SAVIANI, 2008) e sem qualquer perspectiva emancipatória. No Brasil, a reorganização ocorre especialmente de acordo com as instruções propostas no Relatório Rudolph Atcon e materializadas mediante a assinatura do acordo MEC-USAID<sup>5</sup>.

Na Argentina, o rearranjo educacional articulado e aliado ao discurso neoliberal promoveu jornadas universitárias nas quais os ideais do regime estavam presentes;

4 Segundo TEDESCO (1991), em 1960, a Argentina possuía 2% das matrículas de ensino superior em instituições privadas, enquanto o Brasil apresentava 44%. Em meados da década de 1980, o percentual do referido índice na Argentina sobe para 21%, enquanto o índice brasileiro, na mesma década, aumenta para 64,3%.

5 Acordo estabelecido entre o Ministério da Educação do Brasil e a *United States Agency for International Development*, implementado através da Lei 5.540 de 1968. Dentre as alterações propostas pela lei, destaca-se: departamentalização, matrícula por disciplina, curso básico e institucionalização da pós-graduação (RIBEIRO, 2000, p. 193).



valorizou autores de obras clássicas de onde poderiam ser aproveitadas noções que estavam de acordo com princípios autoritários em detrimento de pensadores que representariam algum tipo de ameaça à ordem social imposta; constituiu equipes de pesquisadores, comissões e grupos acadêmicos, bem como um Plano Nacional de Aperfeiçoamento Docente alinhado ao governo militar (KAUFMANN; MARTINS, 2009, apud MARTINS, 2014).

As políticas educacionais adotadas pelos governos militares assumiram, dentre outros papéis, o objetivo de disciplinar e ordenar a sociedade. A ordem almejada deveria ser alcançada a partir de um processo de homogeneização social (MARTINS, 2014) conquistada através de uma pedagogia de caráter autoritário desenvolvida pelos Estados de exceção.

A atenção especial voltada para as políticas educacionais decorria, de acordo com ambos os regimes, da suposta ameaça comunista existente no meio estudantil. Em entrevista publicada por D'Araujo e Castro (apud MARTINS, 2014) o General Ernesto Geisel, Presidente do Brasil (1974 – 1978), propagou que o comunismo estava presente entre os estudantes e que, por isso, seria necessário maior controle e preocupação com a educação. Da mesma forma pensou o coronel Ferdinando de Carvalho, crítico “linha dura” que escreveu sobre a presença do comunismo no Brasil, conforme esclarece Sintoni (apud MARTINS, 2014), ao afirmar que era no setor da educação que os ideais de esquerda estavam mais presente.

Postura semelhante é observada no regime argentino. A pesquisa realizada por Palermo (2003) para o desenvolvimento da obra *La ditadura militar, 1976-1983: del golpe de estado a la restauración democrática*, revela que, em nota publicada pelo jornal *La Prensa* em janeiro de 1976, o Exército reafirmou a predominância dos jovens no meio revolucionário, bem como a origem comum daqueles, a saber: estudantes secundaristas e do nível terciário da educação, reclamando, assim, a necessidade de efetivo controle no setor educacional do país.

Um estudo desenvolvido por Kaufmann e Martins demonstra que o Brasil e a Argentina, no ímpeto de exercerem o referido controle sobre a educação, colaboraram na instituição de disciplinas que privilegiassem a ordem, o civismo e a obediência. Como por exemplo, no Brasil: a Educação Moral e Cívica – EMC, nas séries iniciais do atual ensino fundamental, a Organização Social e Política do Brasil – OSPB, no atual ensino médio e os Estudos dos Problemas Brasileiros – EPB, disciplina obrigatória em todos os cursos da educação superior. Através de conteúdos curriculares, aqueles países convergiram na construção de um ensino fundamentado nos seguintes objetivos: “formar, cultivar e



disciplinar” (KAUFMANN; MARTINS, 2009, apud MARTINS, 2014).

As disciplinas relacionadas à formação moral e cívica foram estruturadas de modo que possibilitassem o estabelecimento de uma suposta sociedade homogeneizada. Os indivíduos deveriam ser educados a partir da imposição de um discurso que defendia a existência de valores essenciais e universais com bases cristãs (ONGHERO, 2007, apud MARTINS, 2014). O ideal da Segurança Nacional, propagado na América Latina, que via no comunismo o inimigo comum a ser combatido, não só defendia a imposição do terror como forma de evitar o fortalecimento da guerrilha, como também dissipava os princípios da pátria, família e propriedade defendidos pelo Estado brasileiro de então.

Nesta perspectiva, Mészáros (2006) afirma que processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente relacionados aos processos educacionais, incluindo-se aqui as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelos países em tela. Os governos ditatoriais do Brasil e da Argentina orientaram a educação de maneira a respaldar projetos neoliberais que vinham, em meados do século XX, exercendo forte influência na América Latina, especialmente no âmbito das políticas públicas educacionais.

A pesquisa que vem sendo realizada almeja encontrar a relação existente entre os governos ditatoriais do Brasil e da Argentina no campo das políticas públicas educacionais e a forma como a educação contribuiu para a perpetuação do Estado de exceção naqueles países. É importante salientar que alguns dos mecanismos desenvolvidos pelos regimes militares são semelhantes às atuais propostas do governo brasileiro, como a Reforma do Ensino Médio, sancionada pela lei nº 13.415 de 2017, bem como com o Projeto de Lei 867 de 2015, que prevê o “Programa Escola sem Partido”. Tal retorno justificaria a continuidade deste trabalho, que se desenvolveria, também, com o intuito de verificar o seguimento do Estado de exceção no âmbito das políticas públicas educacionais, mesmo diante da resposta da constituinte à ditadura brasileira e da alegada redemocratização do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado; Ditadura Militar; Educação Superior.

## REFERÊNCIAS



CASTRO, Nancy Campos de; GUERRA, Martha de Oliveira. **Como fazer um projeto de pesquisa**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1992. p. 83.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

HELENE, Otaviano; Concentração de renda no Brasil: educação e desigualdade. **Le monde diplomatique**. Fevereiro, 2015. Disponível em <<http://diplomatique.org.br/concentracao-de-renda-no-brasil-educacao-e-esigualdade/>>. Acesso em abril de 2016.

LEVADOS, Jaime. Reflexiones sobre la educación superior chilena. In: TRINDADE,

Hélgio; BLANQUER, Jean-Michel (organizadores). Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis – RJ : Vozes, 2002.

MARTINS, M. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar. **Educar em Revista**, Curitiba - PR, Editora UFPR, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Campinas: **Cad. CEDES**, v. 28, n. 76, p. 291-312, Dec. 2008. Disponível <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em abril de 2017.

TEDESCO, Juan Carlos. Alguns aspectos da privatização educativa na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 23-44, Aug. 1991. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200003)>. Acesso em abril de 2017.

TRINDADE, Hélgio; BLANQUER, Jean-Michel. Introdução: Apostando na educação. In: TRINDADE, Hélgio; BLANQUER, Jean-Michel (organizadores). Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis – RJ : Vozes, 2002. p. 7-11.